

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se**Publique - se**

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**Considerando que:**

- O Senhor Primeiro-Ministro afirmou, esta semana, que o Governo tem uma “almofada de cativações adicionais”, o que constitui uma garantia de que Portugal alcançará este ano a meta do défice imposto pelo Tratado Orçamental.

- Após o Governo ter enviado, no passado dia 17 de julho, a carta com a argumentação da defesa de Portugal perante o processamento por défice excessivo de 3,2% do PIB em 2015, o Primeiro-Ministro disse aos jornalistas que, no caso português, não há necessidade de medidas extraordinárias este ano, pois está cativo no Orçamento em execução um valor que serve de almofada e que simbolicamente até é idêntico à percentagem excedida no ano passado: 0,2% do PIB.

- A garantia avançada pelo Primeiro-Ministro a Bruxelas procura, assim, convencer a Comissão Europeia da bondade de não punir Portugal por ultrapassar o limite de défice de 3% imposto pelo Tratado Orçamental.

- Também num encontro com empresários promovido pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola, realizado no dia 18 de julho, o chefe do Governo fez uma intervenção longa em que se referiu à questão da eventual aplicação de sanções a Portugal, aludindo às cativações como garantia de que a decisão de Bruxelas se fique pela aplicação de uma multa simbólica ou mesmo de uma multa zero.

- De acordo com o Senhor Primeiro-Ministro, o Executivo “dispõe de uma almofada de cativações adicionais equivalente a 0,2 pontos percentuais do PIB, o que constitui uma garantia de que as metas a que se propôs o Estado Português serão sempre alcançadas sem medidas adicionais e sem planos B”.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

A Deputada do CDS-PP, abaixo-assinada, vem por este meio requerer ao Ministro da Educação, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecederem, respostas às seguintes perguntas:

1. Têm sido divulgadas pela comunicação social notícias que dão conta que “O Orçamento de Estado para 2016 modificou o sistema de distribuição de fundos: as verbas diminuiram em alguns casos até 20%, deixou de haver duodécimos. A maioria das escolas pode ter de pedir reforço de verbas ao Ministério da Educação” (in Expresso Online, 20 de julho de 2017).

Está o Senhor Ministro da Educação em condições de garantir que não haverá cativações na Educação relativamente ao Orçamento de Estado 2016?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 21 de Julho de 2016

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)